

Novo recorde: R\$ 1,5 bilhão de emendas liberadas

Motta volta a defender modelo como “medida de progresso”

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Repúblicanos-PB), manifestou, durante um evento nesta terça-feira (10), que não considera justas as críticas contra as emendas parlamentares.

Motta destacou que o Poder Legislativo “não pode ser criminalizado pela má execução” das emendas parlamentares e completou que também ocorrem falhas orçamentárias no poder Executivo e, portanto, o Congresso Nacional não pode ser responsabilizado “por uma questão ou outra pontual de problema na execução”.

“[As emendas] são um instrumento fundamental para o progresso do Brasil, especialmente nos rincões do país”, disse o presidente da Câmara, em evento do banco BTG Pactual, em São Paulo.

“É importante lembrar que nós estamos cumprindo 100% aquilo que ficou acordado entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário no que diz respeito à transparência e à rastreabilidade. As emendas impositivas e de bancada são extremamente transparentes”.

No mesmo dia da declaração do parlamentar, nesta terça-feira



Lula libera emendas para evitar atrito com Motta e o Congresso

começou a circular nos meios de comunicação do poder Judiciário a campanha publicitária intitulada “De Olho Nas Emendas”. Com o slogan “O dinheiro público é seu! E fiscalizar é um direito constitucional”, a proposta é divulgar informações públicas à sociedade sobre quais são os canais de acesso e os meios disponíveis que a população tem para acompanhar a destinação das emendas parlamentares, além de esclarecer como denunciar possíveis irregularidades.

Governo

A gestão das emendas parlamentares tem sido alvo de críticas de ministros do poder Executivo, como, por exemplo, o embate entre a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, com Hugo Motta após a ministra classificar as emendas como um “sequestro” do orçamento.

Contudo, apesar das falas negativas, o governo federal repassou ao Congresso Nacional, até o começo de fevereiro deste ano, R\$ 1,5 bilhão em emendas parla-

mentares. O levantamento é da Folha de São Paulo, que usou dados do painel Siga Brasil, portal da Consultoria de Orçamentos do Senado, de valores pagos em emendas de 1º de janeiro a 6 de fevereiro de 2026.

Este é o maior valor repassado do Executivo para os congressistas, neste período, desde 2016. Até então o maior valor que tinha sido encaminhado nessa época do ano foi em 2021, quando o governo desembolsou R\$ 770 milhões em emendas.

Ano eleitoral

2026 é ano eleitoral e o governo tem expectativas em votar projetos que possam ser usados na campanha para a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que determinam o fim da escala de trabalho 6X1 e criam o Sistema Único de Segurança Pública no país. Diante disso, acredita-se que o governo liberou o valor elevado das emendas para os parlamentares na intenção de evitar atritos com o Congresso Nacional, já que tanto Lula quanto a grande maioria dos deputados federais e senadores irão concorrer na corrida eleitoral.

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2026, o governo federal tem até o primeiro semestre do ano para pagar 67% do valor total destinado para as emendas, fixado em R\$ 61 bilhões.

O valor era pra ser maior, mas as emendas tiveram veto presidencial de R\$ 400 milhões.

Operações da Polícia Federal, autorizadas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, têm identificado desvios no uso de recursos de emendas ao orçamento. Já haveria pelo menos 30 parlamentares neste momento investigados.

STJ afasta ministro acusado de assédio

Por Beatriz Matos

Uma reunião convocada pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin, na manhã desta terça-feira (10) foi o ponto de inflexão em um dos episódios mais sensíveis enfrentados pela Corte: denúncias de assédio sexual envolvendo um de seus ministros. A portas fechadas, ministros do tribunal decidiram, de forma unânime, afastar cautelarmente o ministro Marco Buzzi, alvo de acusações de importunação sexual que passaram a ser apuradas tanto no âmbito administrativo quanto criminal.

O encontro teve início às 10h e ocorreu sob forte pressão interna. Nos bastidores, a avaliação predominante era de que, diante da sucessão de denúncias e da repercussão pública do caso, não havia mais condições de manter o magistrado em atividade enquanto avançam as investigações. A decisão foi formalizada poucas

horas depois, com a divulgação de nota oficial do tribunal.

Decisão

O afastamento tem caráter cautelar, temporário e excepcional. Durante esse período, Buzzi fica impedido de exercer suas funções, utilizar instalações do tribunal, veículo oficial e demais prerrogativas do cargo, embora continue recebendo remuneração. O STJ marcou para 10 de março uma nova sessão do Pleno, quando serão analisadas as conclusões da Comissão de Sindicância instaurada para apurar os fatos.

Nos bastidores, a avaliação é de que a medida também busca preservar a própria instituição e que diante da avalanche de denúncias, não era mais possível deixá-lo na Casa.

Além da primeira acusação, o caso ganhou novos contornos após a confirmação de uma segunda denúncia contra o ministro Marco Buzzi. O registro foi

comunicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na segunda-feira (9), ampliando o escopo das apurações em curso.

A nova denunciante também relatou episódios de importunação sexual, que passaram a ser analisados de forma preliminar pelo CNJ. Nos bastidores, a avaliação é de que a existência de mais de um relato foi determinante para o endurecimento da posição do STJ.

A primeira denúncia, tornada pública na semana passada, foi apresentada pela jovem de 18 anos, que afirma ter sido alvo de uma tentativa de contato físico indevido durante um banho de mar, em Balneário Camboriú (SC), onde passava férias com o ministro e seus pais. Segundo o boletim de ocorrência, ela relatou que frequentava o STJ desde a infância e que via Buzzi como uma figura de confiança próxima à família. Marco Buzzi encaminhou aos colegas uma carta em que afirma ser inocente.

Raphael Alves/STJ



Marco Buzzi fica afastado até o final das investigações